



O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7474 | Salvador, quinta-feira, 21.06.2018

Presidente em exercício Euclides Fagundes



DESMONTE

Saúde é direito de todo trabalhador

Estatais são essenciais para o Brasil

Página 4

Contra as ameaças do governo e dos bancos, que atingem em cheio os planos de saúde das estatais, os empregados do BB e da Caixa deram, ontem, durante atos, mais

uma demonstração de união e mobilização contra a alteração no modelo de custeio da assistência médica. A saúde é um direito inegociável.

Páginas 2 e 3

MANOEL PORTO



Um dos desdobramentos do desmonte da Caixa é dificultar o acesso dos empregados ao plano de saúde. Em Salvador, os bancários protestaram



Em Salvador, ato em defesa da Cassi

Bancários fazem mobilização contra ataques do governo

ILANA PEPE
imprensa@bancariosbahia.org.br

OS FUNCIONÁRIOS do Banco do Brasil realizaram mobilização, ontem, em defesa da Cassi e o Sindicato dos Bancários da Bahia realizou um ato na agência do BB da rua Direita da Piedade. O objetivo foi chamar atenção para as medidas do governo Temer que prejudicam os usuários.

Entre as resoluções, a extinção do princípio de solidariedade, mudança no modelo de autogestão, exclusão dos aposentados e novos funcionários concursados.



Bancários não querem que Cassi se torne mais um plano de mercado

dos. Os bancários rejeitam também a proposta da consultoria Accenture, que quer incluir na direção gestores externos.

A resolução 23 da CGPAR atinge os planos de saúde de autogestão, estabelecendo novas diretrizes de custeio. O diretor do

Sindicato e integrante da Comissão de Empresa de Funcionários, Fábio Ledo, destaca que a categoria não pode deixar a Cassi se tornar mais um plano de mercado. “O princípio da solidariedade é essencial para os funcionários e familiares dos bancários”.

BB marca negociação

A DIREÇÃO do Banco do Brasil marcou para o próximo dia 29, à tarde, em São Paulo, a primeira rodada de negociação com os representantes dos funcionários na campanha salarial 2018.

Na pauta, calendário de negociação, abrangência do acordo aditivo e temas tratados na primeira mesa da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), que acontece no dia 28.

A pauta específica é composta por melhoria das condições de trabalho com contratação de funcionários, defesa da Cassi, além da inclusão dos planos de saúde e previdência dos bancos incorporados na mesa de negociação e acordo coletivo para todos os bancários sem a discriminação da nova lei trabalhista.



Reunião encaminha realização de um encontro no Sindicato, 5 de julho

Reunião traça táticas contra mudança no plano

O BANCO do Brasil tenta convencer os funcionários de que as mudanças na Cassi são boas. Mas, na verdade, trazem sérios prejuízos para os bancários da ativa e os aposentados. O assunto foi tratado ontem, durante reunião entre o Sindicato, a AFABB (Associação dos Funcionários Aposentados do BB na Bahia), a AAFBB/BA (Associação dos Aposentados e Fun-

cionários do BB), o Conselho de Usuários da Cassi e a entidade Meia Dúzia de Três ou Quatro.

Foram discutidos os impactos das mudanças impostas pela resolução 23 da CGPAR. Entre as definições, a realização de um encontro, no dia 5 de julho, às 18h, no Sindicato, com funcionários da ativa e aposentados, para traçar estratégias de enfrentamento.

Ação pede gás mais barato

A POPULAÇÃO sentiu na pele os prejuízos em decorrência da política de preços do gás de cozinha endossada por Temer e por Pedro Parente. Inclusive, parlamentares ingressaram com ação popular na Justiça em Brasília com a intenção de reverter os problemas relacionados aos preços do produto.

Foi solicitado que a política

de preços internacionais de ciclos curtos, adotada pela Petrobras para o gás de cozinha, seja decretada nula. A ação também pede que a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) preste informações e esclarecimentos sobre a política de preços do GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) adotada pela estatal.



Preço do gás subiu demais. Muita gente voltou a usar lenha para cozinhar

Mobilização pelo Saúde Caixa

Empregados vestiram branco em defesa da assistência médica

RENATA LORENZO
imprensa@bancariosbahia.org.br



Empregados reagem aos ataques do governo e do banco contra o Saúde Caixa e fazem mobilização em defesa do plano

FOTOS: MANOEL PORTO

PREOCUPADOS com a sustentabilidade do Saúde Caixa e contra os ataques do governo às assistências médicas das estatais, os empregados do banco vestiram branco e realizaram mobilização em todo o país, ontem. Em Salvador, o protesto do Sindicato da Bahia aconteceu no edifício 2 de Julho, Paralela.

Fruto da luta da categoria, desde 2004 o banco paga 70% das despesas assistenciais do Saúde Caixa e os usuários 30%. Mas, tudo pode mudar. As resoluções do governo e a alteração no estatuto da instituição estipulam o limite correspondente a 6,5% da folha de pagamento para a participação da empresa

nas despesas. A empresa também já informou que há a possibilidade de acabar com o plano de saúde para os aposentados.

O assistente júnior Eduardo Souza lembra que o plano é essencial. Além das consultas de rotina, ele utiliza a assistência médica nas sessões de fisioterapia, acupuntura e RPG (Reeducação Postural

Global) para tratar hérnias de disco e artrose na coluna. “Se tivesse de arcar com todo o tratamento, seria inviável. Um governo como este não tem compromisso com a sociedade e muito menos com o país”, ressaltou.

No protesto, o presidente da Agecef (Associação dos Gestores da Caixa) Bahia, Antonio Mes-

sias Bastos, salientou que a união de todos os empregados será fundamental no atual cenário de perdas. Opinião reforçada pelo presidente licenciado do SBBA, Augusto Vasconcelos. “Vamos lutar para manter nossos direitos. Não podemos deixar acabar com nosso plano. A saúde é um direito do trabalhador”.



Na Funcef, contencioso não contabilizado é problema

O **CRESCIMENTO** de 1,7% ou R\$ 24,3 milhões no contencioso dos planos de benefícios da Funcef em comparação com dezembro de 2017, totalizando R\$ 1,4 bilhão, não é uma boa notícia. Os participantes podem sofrer ainda mais nos próximos anos com o pagamento do déficit.

Para piorar, o valor das chamadas ações de perda possível, que possuem 50% de probabilidade de perda e não são con-

tabilizadas, chegam a R\$ 17,7 bilhões. O problema é que a parcela oculta equivale a 12 vezes o contencioso contabilizado. Neste caso, pode comprometer o equilíbrio dos planos.

Mesmo com a diminuição da provisão quase pela metade, o passivo trabalhista continua a crescer. Tudo apesar dos novos critérios de contabilização do contencioso, implementados no balanço anual de 2017.

Quebra de caixa é vitória do Sindicato

O **SINDICATO** dos Bancários da Bahia alcançou mais uma importante conquista para os empregados da Caixa. A ação movida pela entidade acerca da quebra de caixa de tesoureiros obteve ganho de causa. Não há mais chance de o banco recorrer.

Agora, o Sindicato vai elaborar os cálculos de cada um dos substituídos.

A quebra de caixa é uma gratificação que está prevista no estatuto da Caixa e, inclusive, integra o salário, de acordo a súmula 247 do TST (Tribunal Superior do Trabalho). O entendimento é de que “a parcela paga aos bancários sob a denominação ‘quebra de caixa’ possui natureza salarial, integrando o salário do prestador de serviços, para todos os efeitos legais”.

SBBA monta telão para os jogos

O **SINDICATO** dos Bancários da Bahia reforça a torcida do Brasil na Copa do Mundo da Rússia. A entidade está com um super-telão montado no Teatro Raul Seixas, para receber os associados que quiserem fazer parte da grande torcida pelo hexa.

Amanhã, a transmissão começa 9h, quando o Brasil enfrenta a Costa Rica, pelo segundo jogo do mundial. Na quarta-feira, 27 de junho, partida entre Brasil e Sérvia, o telão estará pronto a partir das 15h. Todos os bancários que trabalham nas redondezas ou em outros bairros estão convidados.

Estatais são imprescindíveis

Desenvolvimento nacional passa pelas empresas públicas. Governo não reconhece

RENATA ANDRADE imprensa@bancariosbahia.org.br

A IMPORTÂNCIA das empresas públicas para o desenvolvimento dos países ganha cada vez mais destaque. Mas, no Brasil, o governo vai no sentido contrário. As ameaças aos bancos

públicos, Petrobras e Eletrobras são agressivas.

As estatais são fundamentais para que projetos de desenvolvimento de um país sejam elaborados, a exemplo de experiências nos EUA, China, Inglaterra e no próprio Brasil, entre as décadas de 1930

e 1980. Segundo especialistas, as empresas públicas criam um ambiente de investimento e as privadas se preparam para produzir.

Para enfraquecer toda a estrutura pública no Brasil, o projeto neoliberal colocado em prática a partir do golpe de 2016 não poupa esforços. São cortes em programas sociais como o *Minha Casa, Minha Vida*, a privatização de ativos, como no caso das Loterias Instantâneas, o baixo uso do estoque de crédito direcionado na atualidade e o desmonte promovido no BNDES, Eletrobras e Petrobras. A intenção é entregar tudo ao grande capital.

No caso dos bancos, como BB, Caixa e BNB, são centenas de agências fechadas em todo o país e milhares de postos de trabalho são fechados.

Governo neoliberal ataca empresas públicas, inclusive os bancos, que além de ajudar a economia, têm o importante papel social



Previ e Funcef sob ameaça

UM DOS principais alvos do projeto neoliberal são as empresas estatais. Planos de saúde, fundos de pensão, emprego dos trabalhadores. Nada escapa. O projeto de lei (PLP 268/16), que pode impedir a participação dos trabalhadores na gestão da Funcef e da Previ, acaba de receber parecer favorável do relator deputado Jorginho Mello (PR-SC), na CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania).

A tramitação do PLP 268, que proíbe a eleição da diretoria dos fundos de pensão pelos associados, se encontra em regime de urgência e aguarda inclusão na Ordem do Dia do Plenário para votação.

Atualmente, a gestão dos fundos de pensão é compartilhada entre patrocinadora e os trabalhadores. O projeto, no entanto, divide o conselho deliberativo em três: mercado, empresa e empregados.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

REGENERAÇÃO Além da perspectiva de a Justiça voltar a fazer justiça, e se aproximar o máximo possível do justo, que é a função do Judiciário, a absolvição da senadora Gleisi Hoffmann amplia a possibilidade de libertação de Lula na terça-feira. O ex-presidente será julgado pela segunda turma do STF, a mesma que absolveu a presidenta nacional do PT, composta pelos ministros Celso de Mello, Edson Fachin, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes.

ESPERANÇA A absolvição da presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann, pela segunda turma do STF, por unanimidade, renova as esperanças em um Judiciário que respeite o Estado democrático de direito e realmente faça justiça, em vez de ativismo político. Assim como aconteceu com Lula, preso ilegalmente, a senadora foi acusada pelo Ministério Público Federal com base apenas em delações, sem nenhuma prova material.

PUNITIVISTAS O pedido de 30 anos de prisão para o ex-presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, feito pelo Ministério Público Federal, causou surpresa no conceituado jurista Afrânio Silva Jardim. "Em que livros estudaram esses desorientados punitivistas? Mais do que perplexo, estou preocupado com o que está acontecendo com o MPF".

HOMÓLOGOS Bolsonaro não difere em nada de Alckmin, Meirelles ou Marina, na opinião do ex-presidente da Câmara Federal, João Paulo Cunha. São, igualmente, "exterminadores de estatais". Os quatro "têm os mesmos valores antidemocráticos e o igual empenho destrutivo do edifício social". Realmente, na essência são bem parecidos. Estão a serviço do mercado.

SERVIÇAL "Árbitro de vídeo no Brasil não é novidade. Sérgio Moro há muito tempo não toma decisão sem perguntar antes a opinião da Globo". É o que postou, no *Twitter*, o líder do PT na Câmara Federal, deputado Paulo Pimenta (RS).

CACIQUE No país do golpismo neoliberal, que tem Temer como presidente, cada um faz a regra que quer. Por incrível que pareça, no Mato Grosso do Sul, que possui a segunda maior população indígena do Brasil, agora para o índio ser cacique tem de ter diploma expedido pelo Funai. A invenção é do coordenador do órgão no Estado, Paulo Rios Júnior.